PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – PROCESSO Nº 28.552/2025-31

EDITAL

Seleção de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS** visando à prestação de serviços de locação de veículos (Vans, micro-ônibus e ônibus), incluindo motorista, para transporte de atletas e comissão técnica, durante a realização dos Jogos da Juventude, Jogos Regionais, Jogos Abertos do Interior e outros eventos da Fundação Pró-Esporte de Santos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência e no ANEXO IX – Memorial Descritivo, deste Edital.

IMPORTANTE:

• Data da Sessão Pública:
Dia: 15/05/2026 às 14h (horário de Brasília)

• Valor total estimado da Contratação:
Lote 01 - R$ 322.033,50
Lote 02 - R$ 1.528.634,00
Lote 03 - R$ 581.133,00

• Critério de Julgamento:
Menor preço por Lote

• Modo de disputa:
Aberto e fechado

• Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim

• Formalização de Consultas:
E-mail: fupes@santos.sp.gov.br
Fone: (13) 3269-8860

• Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília
(DF).

ÍNDICE

1. EDITAL:

SEÇÃO I

ITEM ASSUNTO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
2. OBJETO
3. ITEM ORÇAMENTÁRIO
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO
6. REFERÊNCIA DE TEMPO

SEÇÃO II

ITEM ASSUNTO

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
9. DA FASE DE JULGAMENTO
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO
11. DOS RECURSOS
12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
13. FORMALIZAÇÃO DA ATA/ORDEM DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
14. CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
15. DISPOSIÇÕES FINAIS

2. ANEXOS AO EDITAL:

2.1. Anexo I – Termo de Referência;
2.2. Anexo II – Relação dos documentos de habilitação;
2.3. Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;
2.4. Anexo IV – Modelo de Declaração para fins do disposto no artigo 68, Inciso VI, da Lei Federal n° 14.133/2021;
2.5. Anexo V – Modelo de Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência ou para aprendiz;
2.6. Anexo VI – Modelo de Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal;
2.7. Anexo VII- Minuta da Ata de Registro de Preços;
2.8. Anexo VIII - Planilha de Serviços e Preços;
2.9. Anexo IX - Memorial Descritivo;
2.10. Anexo X - Ordem de Execução de Serviços – OES;

2.11. Anexo XI – Modelo de Declaração, nos termos e para os fins do disposto no § 1º do art. 98 da Lei Orgânica do Município de Santos;
2.12. Anexo XII – Instrumento de Constituição de Consórcio;
2.13. Anexo XIII – Termo de Compromisso de Consórcio
2.14. Anexo XIV - Modelo de Declaração para fins do disposto nos artigos 42 a 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

SEÇÃO I

A FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal n.º 10.222, de 20 de outubro de 2023 e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na forma abaixo.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através da utilização de recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade. O sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET, onde o acesso as informações é protegido por HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure).

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Fundação Pró-Esporte de Santos, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a Plataforma "BLL Compras" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (bllcompras.com).

1.3. Para fins de participação na licitação, ficam adotadas as seguintes definições:

a) cota de ampla participação: destinada à participação de todo e qualquer interessado que atenda à todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, com valor total acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

b) cota exclusiva para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada exclusivamente à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com valor total até R$ 80.000,00;

c) cota reservada para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada a reserva de 25% (vinte e cinco por cento) da cota de ampla participação, à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

2. OBJETO

2.1. A descrição detalhada do objeto da presente licitação consta do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

3. ITEM ORÇAMENTÁRIO

3.1. A descrição do item orçamentário será indicada no momento da formalização na Ata de Registro de Preços.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através de campo próprio do sistema.

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste Edital.

4.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação e ao pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

5.1. O interessado em participar do certame deverá observar a data e o horário da sessão pública, conforme previsto na folha de rosto, o que será o prazo limite para inserção da proposta.

6. REFERÊNCIA DE TEMPO

6.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

SEÇÃO II

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

7.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto n.º 8.538/2015.

7.3. Em se tratando de Consórcio, a participação de empresas fica condicionada, além das exigências gerais contidas neste Edital e das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, ao atendimento dos seguintes requisitos:

a) poderão participar desta licitação as empresas em consórcio já constituído ou que tenham se obrigado a constituí-lo, através de Termo de Compromisso público ou particular de Constituição de Consórcio (Anexos XII e XIII deste Edital);

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Fundação;

c) cada empresa Consorciada deverá apresentar a totalidade dos documentos exigidos para habilitação, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, sendo certo que a inabilitação de uma das empresas inabilita o consórcio;

d) as empresas reunidas em um consórcio ficarão impedidas de participar desta licitação integrando outro consórcio, ou de se apresentar isoladamente;

e) os integrantes do consórcio responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução da Ata de Registro de Preços;

f) para fins de aferição da qualificação econômico-financeira do consórcio, admite-se a soma do capital mínimo ou do patrimônio líquido das empresas que o integram, observada a proporção de sua respectiva participação, acrescida de 30 % (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira;

g) o acréscimo previsto na letra "f" deste item não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei;

h) no caso do consórcio formado nos termos deste Edital sagrar-se vencedor deste procedimento licitatório e, ser-lhe adjudicado o objeto do certame, as empresas que o integram deverão obrigatoriamente promover, antes da celebração da Ata de Registro de Preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea "a" acima;

i) eventual substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão competente e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os esmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou a ata de registro de preços.

7.4. Não poderão participar nesta licitação:

7.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

7.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

7.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.5. O impedimento de que trata o item **7.4.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **7.4.2 e 7.4.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.8. O disposto nos itens **7.4.2 e 7.4.3**. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.10. A vedação de que trata o item **7.5** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) responder os pedidos de esclarecimentos e eventuais impugnações apresentadas contra o Edital, com o auxílio dos setores técnicos competentes;

b) determinar a abertura da sessão pública e promover seu adiamento, suspensão ou reativação, quando necessário, conforme decisão da autoridade competente;

c) analisar as propostas e desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos previstos no Edital;

d) promover o desempate das propostas, quando o sistema eletrônico de licitação não o previr automaticamente;

e) processar a etapa de lances de acordo com a modalidade de licitação e com o sistema utilizado;

f) promover o exercício do direito de preferência afeto às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, quando for o caso;

g) negociar o valor do menor preço obtido ou condições mais vantajosas para a Fundação;

h) decidir motivadamente quanto à aceitabilidade do preço;

i) promover a habilitação;

j) recepcionar, analisar e se manifestar com relação aos recursos interpostos contra seus atos, encaminhando-os à autoridade competente, caso não reforme a decisão recorrida;

k) elaborar Ata da sessão pública com o auxílio eletrônico;

l) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para a homologação.

– CREDENCIAMENTO –

8.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão nomear através do Termo de Credenciamento, operador devidamente habilitado pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site bllcompras.com

8.3. O acesso do operador ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e leilões do Brasil, devidamente justificado.

8.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Fundação Pró-Esporte de Santos a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

– PARTICIPAÇÃO –

8.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

8.7.1. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

8.7.2. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida com a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil pelo telefone: (41) 3097-4600 ou e-mail: contato@bll.org.br

8.7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.8. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.9. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021, o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

8.10. A falsidade da declaração de que trata o item 8.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste Edital.

8.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.13.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 8.13 terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.16. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

8.17. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo:

8.17.1. valor total do lote;

8.18. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.19. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.20. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, só será permitido alteração sob alegação de erro, quando este for visivelmente discrepante (por exemplo erro no lance ofertado).

- DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

8.21. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.22. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.22.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.23. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

8.24. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.25. Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE.

8.26. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

8.26.1. Não há possibilidade de prever preços diferentes.

8.26.2. Não há possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

8.27. Será possível registrar o preço de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

- DA ETAPA DE LANCES

8.28. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.29. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.30. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.31. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 05 (cinco) segundos.

8.32. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.33. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.34. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.35. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.36. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.37. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.38. Após a etapa de envio de lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 e a Lei Complementar nº 123/2006.

8.39. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, se esta for empresa de maior porte, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.40. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.41. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

8.42. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.43. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.44. Em caso de eventual empate entre as propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430/2023)

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.39.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.39.2 As regras previstas no item 8.39 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.40. Nesse procedimento será adotado o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

- MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

8.42. Para o envio de lances no Pregão Eletrônico, será adotado o modo de disputa "aberto e fechado", no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

8.42.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.42.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.42.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.42.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 8.42.2., poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.42.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

9.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Fundação.

9.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada,

se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.4. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.5. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no item 7.3.4 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

b) Relação de apenados publicada mensalmente no Diário Oficial do Estado https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados

9.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. contiver vícios insanáveis;

9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Fundação;

9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Fundação.

9.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 9.8, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

9.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Erros no preenchimento da Planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A Planilha poderáser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.12. Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Anexo II do Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos

do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados exclusivamente por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 04 (quatro) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

10.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no item 10.4.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata.

11.3. Quando o recurso apresentado referir-se ao julgamento das propostas ou ao ato de habilitação ou inabilitação do licitante a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da Ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A inexecução total ou parcial da Ata, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a DETENTORA, sem prejuízo da rescisão da Ata, às seguintes penalidades:
a) advertência;
b) multa;
c) impedimento de licitar e contratar;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.1.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

12.1.2. A aplicação das penalidades ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, e no caso de sanção de multa, após defesa prévia do interessado.

12.1.3. No caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 12.1, caberá apresentação de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

12.1.4. No caso de aplicação da penalidade prevista na alínea “d” do item 12.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

12.1.5. Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

12.2. A advertência será aplicada exclusivamente quando der causa à inexecução parcial da Ata e quando não se justificar aplicação de penalidade mais grave.

12.3. A DETENTORA ficará sujeita às seguintes multas:

a) 10% (dez por cento) do valor atualizado da Ordem de Execução dos Serviços, quando por fato que lhe seja imputável, der causa à inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
b) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total atualizado da Ordem de Execução dos Serviços, na hipótese de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, incidente a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado para a entrega;
c) 10% (dez por cento) do valor atualizado da Ordem de Execução dos Serviços, na hipótese de não cumprimento de qualquer outra cláusula ou condição deste instrumento.

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não exime a DETENTORA do pagamento de indenização por perdas e danos, que eventualmente venha a dar causa.

12.5. A multa aplicada à DETENTORA e os prejuízos por ela causados a FUNDAÇÃO serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

12.6. A DETENTORA desde logo autoriza a FUNDAÇÃO a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

12.7. O impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicado quando:

I – ocorrer a inexecução parcial do Contrato/Ata que cause grave dano à FUNDAÇÃO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II – ocorrer a inexecução total do Contrato/Ata;

III – não for entregue a documentação exigida para o certame;

IV - não for mantida a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não for celebrado o Contrato/Ata ou não for entregue a documentação exigida para a assinatura da Ata de Registro de Preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - houver o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VII -não for comprovada a condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), e Cooperativa de Consumo (COOP), na licitação de lotes de cotas exclusivas ou reservadas (artigo 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123/2006):

12.8. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada pelo Diretor-Presidente quando ocorrer:

I – apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato/Ata;

II - fraude na licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Contrato/Ata;

III - comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza;

IV – prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13. FORMALIZAÇÃO DA ATA

13.1. Decorrido o prazo para recurso e constatada a regularidade dos atos praticados, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor e o procedimento licitatório será homologado pela autoridade competente.

13.2. No caso de consórcio sagrar-se vencedor e ser-lhe adjudicado o objeto do certame, as empresas que o integram deverão obrigatoriamente promover, antes da celebração da Ata de Registro de Preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea "a" do item 7.3 deste Edital.

13.3. Em seguida, o adjudicatário será convocado para assinatura da Ata, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da data do recebimento da convocação.

13.4. A recusa injustificada à assinatura da Ata, quando efetivada a convocação dentro do prazo de sua proposta, sujeita o licitante vencedor à multa de 30% (trinta por cento) do valor total da Ata e, ainda, à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Fundação Pró-Esporte de Santos, pelo prazo de 12 (doze) meses.

13.4.1. Na sequência, o Pregoeiro poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos editalícios e habilitatórios e feita a negociação, declará-lo vencedor.

14. CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Constam da Minuta anexa a este Edital (Anexo VII).

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Fundação, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Fundação não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Fundação.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico bllcompras.com.

Santos, 28 de abril de 2026

Valdina Maria Santos D'Oliveira Cruz

Agente de Contratação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

1. Seleção de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS** visando à prestação de serviços de locação de veículos (Vans, micro-ônibus e ônibus), incluindo motorista, para transporte de atletas e comissão técnica, durante a realização dos Jogos da Juventude, Jogos Regionais, Jogos Abertos do Interior e outros eventos da Fundação Pró-Esporte de Santos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as especificações e quantidades estimadas a seguir:

LOTE 01 – TRANSPORTE NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA, COM MOTORISTA -VAN			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
1.1	**Transporte Região Metropolitana da Baixada Santista:** Veículo tipo van – com capacidade mínima de 15 passageiros, com ar condicionado, cinto de segurança, USB ou tomada na cabine do motorista e no salão, ano de fabricação a partir de 2020. **OBS.: Valor por km rodado, a partir de 101 km.**	**KM**	**50.000**
1.2	**Tarifa de saída mínima.** Tarifa devida para saídas até 100 km do ponto de embarque até seu retorno. Caso a distância percorrida ultrapasse 100 km será adicionado a quilometragem rodada conforme o item 1.1.	Tarifa	**50**

LOTE 02 – TRANSPORTE INTERMUNICIPAL, COM MOTORISTA - MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
2.1	**Transporte Intermunicipal:** Veículo tipo micro-ônibus, capacidade de 26 passageiros, poltrona reclinável, completo com ar condicionado, cinto de segurança, toalete a bordo, USB ou tomada na cabine do motorista e no salão, ano de fabricação a partir de 2020. **OBS: Valor por km rodado, a partir de 101 km.**	KM	**50.000**

2.2	**Diária Transporte Intermunicipal (micro-ônibus).** Obs.: a cada 24 horas de utilização dos veículos, o valor pago será a diária mais quilometragem percorrida. **Pedágios, estacionamentos, multas, pernoites e refeições do motorista serão por conta da empresa.**	Diária	**50**
2.3	**Tarifa de saída mínima.** Tarifa devida para saídas até 100 km do ponto de embarque até seu retorno. Caso a distância percorrida ultrapasse 100 km será adicionado a quilometragem rodada conforme o item 2.1.	Tarifa	**50**
2.4	**Transporte Intermunicipal:** Veículo tipo ônibus, capacidade mínima para 44 passageiros, poltrona reclinável, ar condicionado, toalete a bordo; ano de fabricação a partir de 2020. **OBS: Valor por km rodado, a partir de 101 km.**	KM	**80.000**
2.5	**Diária Transporte Intermunicipal (ônibus).** Obs.: a cada 24 horas de utilização dos veículos, o valor pago será a diária mais quilometragem percorrida. **Pedágios, estacionamentos, multas, pernoites e refeições do motorista serão por conta da empresa.**	Diária	**100**
2.6	**Tarifa de saída mínima.** Tarifa devida para saídas até 100 km do ponto de embarque até seu retorno. Caso a distância percorrida ultrapasse 100 km será adicionado a quilometragem rodada conforme o item 2.4.	Tarifa	**100**

LOTE 03 – TRANSPORTE INTERMUNICIPAL, COM MOTORISTA -VAN			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
3.1	**Transporte Intermunicipal:** Veículo tipo van – com capacidade mínima de 15 passageiros, com ar condicionado, cinto de segurança, USB ou tomada na cabine do motorista e no salão, ano de fabricação a partis de 2020. **OBS: Valor por km rodado, a partir de 101 km**	KM	**40.000**

3.2	Diária Transporte Intermunicipal (Van). Obs.: a cada 24 horas de utilização dos veículos, o valor pago será a diária mais quilometragem percorrida. Pedágios, estacionamentos, multas, pernoites e refeições do motorista serão por conta da empresa.	Diária	100
3.3	**Tarifa de saída mínima.** Tarifa devida para saídas até 100 km do ponto de embarque até seu retorno. Caso a distância percorrida ultrapasse 100 km será adicionado a quilometragem rodada conforme o item 3.1.	Tarifa	**100**

1. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

1.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Fundação Pró-Esportes de Santos, e gerenciada pelo Departamento Técnico da FUPES.

1.2. A prestação de serviços objeto desta licitação será requisitada, por escrito, através da Ordem de Execução dos Serviços, quando verificada a necessidade da(s) detentora(s) da Ata, obedecida à classificação.

1.3. Nos termos do artigo 83 da Lei Federal n° 14133/2021 a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Fundação a contratar, facultada a realização de licitação específica para a locação pretendida, desde que devidamente motivada.

1.4. A(s) detentora(s) que assinar(em) a Ata de Registro de Preços fica(m) obrigada(s) a atender todas as solicitações efetuadas durante a sua vigência.

1.5. A DETENTORA deverá iniciar o atendimento conforme solicitado na Ordem de Execução dos Serviços, de acordo com o evento a ser realizado na data, horário, local de partida / destino e período nela fixado.

1.6. Os valores do período de locação incluem o transporte, todas e quaisquer despesas pertinentes aos serviços em questão, como salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, alimentação, transporte, hospedagem, etc.

1.7. A DETENTORA deverá durante a locação do(s) veículo(s), submeter os mesmos à aprovação da FUNDAÇÃO.

1.8. Os veículos deverão estar emplacados e licenciados;

1.9. Os veículos deverão ter Apólice de Seguros de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, devidamente quitado;

1.10. Os motoristas deverão ter habilitação na categoria corresponde ao tipo de veículo contratado.

2. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços serão recebidos:

2.1.1. Provisoriamente na data da entrega, para posterior verificação da conformidade com a especificação, nos termos do art. 140, I, "a", da Lei Federal nº 14133/2021.

2.1.2. Definitivamente, após verificação e consequente aceitação, mediante recibo expedido, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, nos termos do artigo 140, I, letra "b" da Lei Federal nº 14133/2021.

3. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

3.1. Após cada execução a DETENTORA deverá emitir Nota Fiscal / Fatura, contemplando o valor total do serviço efetuado.

3.2. O pagamento será efetuado em 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de emissão da nota de liquidação. Eventuais boletos encaminhados pelos prestadores de serviços serão tidos como inexistentes para todos os fins e efeitos.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, prorrogável por igual período, desde que:

I - o(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

II - pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado;

III – havendo interesse público devidamente justificado e disponibilidade de créditos orçamentários e, caso os preços permaneçam vantajosos.

4.2. A expiração do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada de acordo com as disposições neles contidas.

4.3. Os quantitativos estimados na Ata de Registro de Preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

5. DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do período, observada a legislação federal em vigor.

5.2. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

5.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.3. O pedido de revisão de preços poderá ocorrer a qualquer tempo e deverá estar instruído com provas que evidenciem a necessidade de revisão de preço e será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a seguinte documentação:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da composição da diretoria em exercício.

1.1.3.1. No caso de consórcio, além dos documentos de cada consorciado, exigidos neste Anexo, deverá ser apresentado termo de compromisso, público ou privado, de constituição de consórcio ou termo de constituição de consórcio, subscrito por todas as empresas consorciadas, conforme modelos constantes dos Anexos XII e XIII respectivamente deste Edital, do qual deverá constar:

a) indicação clara do nome e qualificação das consorciadas e participação de cada qual no consórcio, sem prejuízo de sua responsabilidade solidária;

b) indicação da empresa líder, que representará o consórcio perante a FUNDAÇÃO no decorrer do procedimento licitatório, podendo inclusive assumir obrigações perante as demais, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas;

c) declaração de que confere ao líder amplos poderes para representar os consorciados na licitação, em especial: transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação e citação.

1.1.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

1.1.5. Prova de inscrição no CNPJ.

1.1.6. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado do F.G.T.S.).

1.1.7. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União ou Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.8. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.9. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Mobiliários ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Finanças do Município, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de ***Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos***, expedida nas páginas eletrônicas do **Tribunal Superior do Trabalho** (Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1470 de 24 de agosto de 2011).

1.1.11. Declaração para fins do disposto no Artigo 68, Inciso VI, da Lei Federal n° 14133/2021, conforme Anexo IV.

1.1.12. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Artigo 63, Inciso IV e do Artigo 116, da Lei Federal nº 14133/2021, conforme Anexo V.

1.1.13. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do Artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 14133/2021, conforme Anexo VI.

1.1.14. Declaração formal do licitante, nos termos e para os fins do disposto no § 1º do art. 98 da Lei Orgânica do Município de Santos, conforme modelo Anexo XI.

1.1.15. As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de enquadramento de receita bruta, para fins de benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em atendimento ao disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14133/2021 (Anexo XIV).

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.1.16. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa ou de execução patrimonial do domicílio da pessoa física ou da firma individual, cuja data de emissão não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura desta licitação.

1.1.17. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômica da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

1.1.17.1. A comprovação de boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais que 1 (>=1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

1.1.17.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

1.1.17.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, §6º)

1.1.17.4. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

1.1.17.5. Comprovação do cumprimento de um dos seguintes itens, cuja opção ficará a critério do licitante:

Lote 01:

I – Capital mínimo de R$ 32.203,35 (trinta e dois mil, duzentos e três reais e trinta e cinco centavos), ou;

II - Patrimônio líquido mínimo de R$ 32.203,35 (trinta e dois mil, duzentos e três reais e trinta e cinco centavos).

Lote 02:

I – Capital mínimo de R$ 152.863,40 (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e quarenta centavos), ou;

II - Patrimônio líquido mínimo de R$ 152.863,40 (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e quarenta centavos).

Lote 03:

I – Capital mínimo de R$ 58.113,30 (cinquenta e oito mil, cento e treze reais e trinta centavos), ou;

II - Patrimônio líquido mínimo de R$ 58.113,30 (cinquenta e oito mil, cento e treze reais e trinta centavos).

1.1.17.5.1. No caso de consórcio, a soma do capital mínimo ou do patrimônio líquido das empresas que o integram, observada a proporção de sua respectiva participação, deverá ter acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

1.1.17.5.2. Não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e empresas o acréscimo previsto no item anterior.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.1.18. Apresentar o Registro ou inscrição da empresa licitante perante o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de São Paulo, modalidade Fretamento – ARTESP, de acordo com o disposto no **Decreto Estadual nº 29.912, de 12 de maio de 1989.**

2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por verificação de autenticidade via internet.

3. Nos documentos em que não houver prazo de validade assinalado, serão considerados válidos os emitidos até 90 (noventa) dias corridos, antes da data de abertura desta licitação, exceção feita ao item 1.1.16 deste Anexo.

4. Todos os documentos deverão se reportar à sede ou à filial que participou da licitação e que executará a Ata.

4.1. No caso da licitante desejar que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute a futura Ata, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

a) que o Ato Constitutivo da licitante (matriz) conste expressamente a filial;

b) que a licitante informe que o objeto será executado pela filial, quando então deverá ser comprovada a regularidade fiscal de ambos os estabelecimentos, com a apresentação das certidões necessárias.

ANEXO III - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

PROPOSTA COMERCIAL

Fornecedor: .....

CNPJ: ..... Insc. Estadual: .....

Endereço: ..... Bairro: .....

CEP: .....Cidade: ..... Estado : .....

Telefone: ..... / e-mail: .....

Pelo presente formulamos proposta comercial para **REGISTRO DE PREÇOS** visando à prestação de serviços de locação de veículos (Vans, micro-ônibus e ônibus), incluindo motorista, para transporte de atletas e comissão técnica, durante a realização dos Jogos da Juventude, Jogos Regionais, Jogos Abertos do Interior e outros eventos da Fundação Pró-Esporte de Santos, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as condições do Edital que rege a presente licitação, nos seguintes termos:

LOTE 01 – TRANSPORTES NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA, COM MOTORISTA -VAN					
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quantidade Estimada Anual**	**Preço Unitário R$**	**Preço Total R$**
1.1 e 1.2					

Valor total estimado do Lote 01: R$ .....(.....)

LOTE 02 – TRANSPORTE INTERMUNICIPAL, COM MOTORISTA - MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS					
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quantidade Estimada Anual**	**Preço Unitário R$**	**Preço Total R$**
2.1 a 2.6					

Valor total estimado do Lote 02: R$ .....(.....)

LOTE 03 – TRANSPORTE INTERMUNICIPAL, COM MOTORISTA - VAN					
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quantidade Estimada Anual**	**Preço Unitário R$**	**Preço Total R$**
3.1 a 3.3					

Valor total estimado do Lote 03: R$ .....(.....)

No valor acima estão incluídas todas as despesas originárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Valor total estimado dos Lotes 01 a 03: R$ ..... (.....).

Obs.: A proposta deverá ser acompanhada da Planilha de Serviços e Preços, Anexo VIII do edital.

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do pregão.

Data ...../...../2026.

Assinatura do representante legal / carimbo

ANEXO IV – Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

Decreto 4.358, de 05.09.2002
EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA

==========

Ref.: (/2026)

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

_____
(data)

_____
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V – Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º X/2026 – Processo Administrativo N.º **28.552/2025-31**

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no inciso IV do art. 63 e art.116 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____

(data)

_____

(representante legal)

ANEXO VI – Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2026 Processo Administrativo N.º **28.552/2025-31**

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no § 1, do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____

(data)

_____

(representante legal)

ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo n° 28.552/2025-31
Pregão Eletrônico n° 01/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS E ..... VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (VANS, MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS), INCLUINDO MOTORISTA, PARA TRANSPORTE DE ATLETAS E COMISSÃO TÉCNICA, DURANTE A REALIZAÇÃO DOS JOGOS DA JUVENTUDE, JOGOS REGIONAIS, JOGOS ABERTOS DO INTERIOR E OUTROS EVENTOS DA FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Pelo presente instrumento, de um lado a **FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS**, doravante simplesmente denominada **FUNDAÇÃO**, com sede na Rua Visconde do Rio Branco n.º 02, 1º andar – Centro, em Santos/SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.450.928/0001-30, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **Sr. FREDERICO LUIZ MONTEIRO**, e de outro lado a empresa ....., com sede na ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n° ....., doravante denominada simplesmente DETENTORA, neste ato representada por ..... e por esta última na forma de sua representação, foi dito que tendo sido aceita a proposta que apresentara, conforme especificações contidas no **Pregão Eletrônico n° 01/2026**, **Processo Administrativo n° 28.552/2025-31**, da FUNDAÇÃO, cujo teor declara expressamente conhecer e aceitar e sendo-lhe adjudicado o respectivo objeto, vêm assinar o presente instrumento, concordando com os termos e condições, pelos quais desde já se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, o **REGISTRO DE PREÇOS** visando à prestação de serviços de locação de veículos (Vans, micro-ônibus e ônibus), incluindo motorista, para transporte de atletas e comissão técnica, durante a realização dos Jogos da Juventude, Jogos Regionais, Jogos Abertos do Interior e outros eventos da Fundação Pró-Esporte de Santos, pelo período de 12 (doze) meses, que deverá obedecer ao Edital de Pregão Eletrônico nº X/2026, e à proposta apresentada pela DETENTORA, que integra o presente como Anexo Único, e aos quais este instrumento fica vinculado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Vinculam esta ata, independentemente de transcrição, o Edital de licitação e a proposta da DETENTORA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente Ata de registro de preços é de 01 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, prorrogável por igual período, desde que:

I - o(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

II - pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado;

III – havendo interesse público devidamente justificado e disponibilidade de créditos orçamentários e, caso os preços permaneçam vantajosos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A expiração do prazo de vigência da ata de registro de preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada de acordo com as disposições neles contidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os quantitativos estimados na Ata de Registro de Preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

CLAÚSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: A DETENTORA desta licitação será requisitada, por escrito, através da Ordem de Execução dos Serviços, quando verificada a necessidade, à(s) detentora(s) da Ata, obedecida a classificação.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do artigo 83 da Lei Federal n° 14133/2021 a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Fundação a contratar, facultada a realização de licitação específica para a locação pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Fundação Pró-Esporte de Santos, e gerenciada pelo Departamento Técnico da FUPES.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: A DETENTORA, ao assinar a Ata de Registro de Preços, fica obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A DETENTORA deverá iniciar o atendimento conforme solicitado na Ordem de Execução dos Serviços, de acordo com o evento a ser realizado na data, horário, local de partida / destino e período nela fixado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os valores do período de locação incluem o transporte, todas e quaisquer despesas pertinentes aos serviços em questão, como salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, alimentação, transporte, hospedagem, etc.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A DETENTORA deverá durante a locação do(s) veículo(s), submeter os mesmos à aprovação do Contratante.

PARÁGRAFO QUARTO: Os veículos deverão estar emplacados e licenciados;

PARÁGRAFO QUINTO: Os veículos deverão ter Apólice de Seguros de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, devidamente quitado;

PARÁGRAFO SEXTO: Os motoristas deverão ter habilitação na categoria corresponde ao tipo de veículo contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO: Após cada entrega, a DETENTORA deverá emitir Nota Fiscal/Fatura, contemplando o valor total do serviço efetuado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O pagamento será efetuado em 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de emissão da nota de liquidação. Eventuais boletos encaminhados pelos prestadores de serviço serão tidos como inexistentes para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS PREÇOS: Pela prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira, a FUNDAÇÃO pagará à DETENTORA os seguintes valores unitários:

LOTE 1

Item	Descrição	Unidade	Preço Unit. R$	Preço Total R$
1.1 e 1.2				

Valor total estimado do Lote 01: R$ .....(.....)

LOTE 2

Item	Descrição	Unidade	Preço Unit. R$	Preço Total R$
2.1 a 2.6				

Valor total estimado do Lote 02: R$ .....(.....)

LOTE 3

Item	Descrição	Unidade	Preço Unit. R$	Preço Total R$
3.1 a 3.3				

Valor total estimado do Lote 03: R$ .....(.....)

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em cada prestação de serviço decorrente desta Ata, serão observados, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico n° 01/2026, bem como a proposta apresentada pela DETENTORA que as precederam e vinculam o presente instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos preços indicados nesta cláusula estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos

e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS: Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do período, observada a legislação federal em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pedido de revisão de preços poderá ocorrer a qualquer tempo e deverá estar instruído com provas que evidenciem a necessidade de revisão de preço e será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA: A DENTETORA obriga-se a:

I. Executar fielmente o ajustado, executando os serviços descritos na Cláusula Primeira deste instrumento, de acordo com as quantidades indicadas na Ordem de Execução dos Serviços;

II. Fornecer os serviços de acordo com as especificações determinadas pela FUNDAÇÃO, descritas no **ANEXO IX** – Memorial Descritivo do Edital;

III. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o serviço objeto deste instrumento;

IV. Manter durante toda a execução da Ata todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

V. Providenciar a retirada imediata de qualquer empregado seu, cuja permanência seja considerada inconveniente para a adequada prestação dos serviços;

VI. Conduzir os serviços e pessoal de modo a assegurar, perante o público, a boa imagem da FUNDAÇÃO e da própria DETENTORA;

VII. Responsabilizar-se por alimentação do motorista;

VIII. Responsabilizar-se por hospedagem dos seus profissionais quando for necessário, em viagens intermunicipais;

IX. A DETENTORA é obrigada a manter o Seguro do veículo vigente;

X. Responsabilizar-se civilmente por qualquer dano causado a Fundação ou a terceiros durante toda a vigência da Ata;

XI. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta Ata;

XII. Cumprir e comprovar, durante todo o período de execução da Ata, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, Parágrafo único da Lei Federal n.º 14.133/2021);

XIII. Substituir os veículos às suas expensas, em que se verifiquem falhas, defeitos ou qualquer irregularidade, a contar da comunicação, no prazo de 02 (duas horas);

XIV. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Fundação Pró-Esporte de Santos;

XV - Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes a execução do objeto da presente Ata, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, pedágio, combustível, seguros e manutenção dos ônibus, enfim por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas na Ata;

XVI – A DETENTORA é obrigada a providenciar Seguro de acidentes pessoais (Capital Segurado Uniforme Individual de R$ 100.000,00), para os passageiros durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

XVII – Credenciar junto a Fundação Pró-Esporte de Santos um representante e números de telefones e e-mails para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução da Ata;

XVIII – Indicar, a pedido da Fundação Pró-Esporte de Santos, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO: **A FUNDAÇÃO** obriga-se a:

I. Fiscalizar e inspecionar os serviços, através do Departamento Técnico, verificando o cumprimento, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao especificado;

II. Atestar a Nota Fiscal/ Fatura de acordo com o serviço executado, quando em conformidade com a presente Ata de Registro de Preços, encaminhando-a ao setor competente para as providências relativas ao pagamento;

III. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da DENTETORA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;

IV. Prestar todas as informações necessárias ao fiel cumprimento da presente Ata de Registro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: A inexecução total ou parcial da Ata, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a DETENTORA, sem prejuízo da rescisão da Ata, às seguintes penalidades:

I) advertência;
II) multa;
III) impedimento de licitar e contratar;
IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A aplicação das penalidades ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, e no caso de sanção de multa, após defesa prévia do interessado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de aplicação das penalidades previstas nos incisos "I", "II" e "III" do caput, caberá apresentação de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de aplicação da penalidade prevista no inciso "IV" do caput, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

PARÁGRAFO SEXTO: A advertência será aplicada exclusivamente na hipótese de inexecução parcial da Ata quando não se justificar aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A DETENTORA ficará sujeita às seguintes multas:

I) 10% (dez por cento) do valor atualizado da Ordem de Execução dos Serviços, quando por fato que lhe seja imputável, der causa à inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;

II) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total atualizado da Ordem de Execução dos Serviços, na hipótese de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, incidente a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado para a entrega;

III) 10% (dez por cento) do valor atualizado da Ordem de Execução dos Serviços, na hipótese de não cumprimento de qualquer outra cláusula ou condição deste instrumento.

PARÁGRAFO OITAVO: A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não exime a DETENTORA do pagamento de indenização por perdas e danos, que eventualmente venha a dar causa.

PARÁGRAFO NONO: A multa aplicada à DETENTORA e os prejuízos por ela causados a Fundação serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A DETENTORA desde logo autoriza a FUNDAÇÃO a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicado quando:

I – ocorrer a inexecução parcial do Contrato/Ata que cause grave dano à FUNDAÇÃO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II – ocorrer a inexecução total da Ata de Registro de Preços;

III – não for entregue a documentação exigida para o certame;

IV - não for mantida a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não for celebrado a Ata ou não for entregue a documentação exigida para a assinatura da Ata de Registro de Preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - houver o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VII - não for comprovada a condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), e Cooperativa de Consumo (COOP), na licitação de lotes de cotas exclusivas ou reservadas (artigo 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123/2006):

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada pelo Diretor-Presidente quando ocorrer:

I – apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato/Ata;

II - fraude na licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Contrato/Ata;

III - comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza;

IV – prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA: O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

III - deixar, injustificadamente, de assinar a ata ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela FUNDAÇÃO, sem justificativa aceitável;

IV - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

V - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Fundação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A DETENTORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A ata de registro de preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização e o gerenciamento desta Ata será exercida pelo Sr. Narciso dos Santos, Diretor Técnico, da Fundação Pró-Esporte de Santos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS: Os serviços serão recebidos:

I. Provisoriamente na data da entrega, para posterior verificação da conformidade com a especificação, nos termos do art. 140, I, "a", da Lei Federal nº 14133/2021.

II. Definitivamente, após verificação e consequente aceitação, mediante recibo expedido, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do artigo 140, I, letra "b" da Lei Federal nº 14133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEI GERALDE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: As partes deste instrumento deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para propósito de execução e acompanhamento deste ajuste, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos à esta avença, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO: Aplica-se à execução desta Ata e, especialmente aos casos omissos, a Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO: Será competente o foro da Comarca de Santos para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta ata, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem assim de pleno acordo assinam presente instrumento, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 01/2026, na presença de duas testemunhas que são ..... para que surtam os efeitos legais, pelo que eu, ...o digitei, dato e assino.

Santos, ___ de _____ de 2026.

_____
DETENTORA

_____
DIRETOR-PRESIDENTE DA
FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS

_____
TESTEMUNHA

_____
TESTEMUNHA

ANEXO VIII

PLANILHA DE SERVIÇOS E PREÇOS

Pregão Eletrônico: 01/2026 Processo n.º 28.552/2025-31

PLANILHA DE SERVIÇOS E PREÇOS		
Objeto	Seleção de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS** visando à prestação de serviços de locação de veículos (Vans, micro-ônibus e ônibus), incluindo motorista, para transporte de atletas e comissão técnica, durante a realização dos Jogos da Juventude, Jogos Regionais, Jogos Abertos do Interior e outros eventos da Fundação Pró-Esporte de Santos, pelo período de 12 (doze) meses.	**Mês de Ref.: Março/2026** **MOEDA: REAL**

LOTE 01 – TRANSPORTES NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA, COM MOTORISTA -VAN					
Item	**DESCRIÇÃO**	**Unid**	**Quant. Anual**	**Valor unitário**	**Valor total**
1.1	**Transporte Região Metropolitana da Baixada Santista:** Veículo tipo van – com capacidade mínima de 15 passageiros, com ar condicionado, cinto de segurança, USB ou tomada na cabine do motorista e no salão, ano de fabricação a partir de 2020. **OBS.: Valor por km rodado, a partir de 101 km.**	**KM**	**50.000**	R$ 4,17	R$ 208.500,00
2.2	**Tarifa de saída mínima.** Tarifa devida para saídas até 100 km do ponto de embarque até seu retorno. Caso a distância percorrida ultrapasse 100 km será adicionado a quilometragem rodada conforme o item 1.1.	Tarifa	**50**	R$ 2.270,67	R$ 113.533,50

Valor estimado do Lote 01: R$ 322.033,50 (trezentos e vinte e dois reais, trinta e três reais e cinquenta centavos).

LOTE 02 – TRANSPORTES INTERMUNICIPAL, COM MOTORISTA - MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS					
Item	**DESCRIÇÃO**	**Unid**	**Quant. Anual**	**Valor unitário**	**Valor total**
2.1	**Transporte Intermunicipal:** Veículo tipo micro-ônibus, capacidade de 26 passageiros, poltrona reclinável, completo com ar condicionado, cinto de segurança, toalete a bordo, USB ou tomada na cabine do motorista e no salão, ano de fabricação a partir de 2020. **OBS.: Valor por km rodado, a partir de 101 km.**	KM	**50.000**	R$ 7,10	R$ 355.000,00
2.2	**Diária Transporte Intermunicipal (micro-ônibus).** Obs.: a cada 24 horas de utilização dos veículos, o valor pago será a diária mais quilometragem percorrida. **Pedágios, estacionamentos, multas, pernoites e refeições do motorista serão por conta da empresa.**	Diária	**50**	R$ 886,67	R$ 44.333,50
2.3	**Tarifa de saída mínima.** Tarifa devida para saídas até 100 km do ponto de embarque até seu retorno. Caso a distância percorrida ultrapasse 100 km será adicionado a quilometragem rodada conforme o item 2.1.	Tarifa	**50**	R$ 2.566,67	R$ 626.400,00
2.4	**Transporte Intermunicipal** Veículo tipo ônibus, capacidade mínima para 44 passageiros, poltrona reclinável, ar condicionado, toalete a bordo; ano de fabricação a partir de 2020. **OBS.: Valor por km rodado, a partir de 101 km.**	KM	**80.000**	R$ 7,83	R$ 626.400,00
2.5	**Diária Transporte Intermunicipal (ônibus).** Obs.: a cada 24 horas de utilização dos veículos, o valor pago será a diária mais quilometragem percorrida. **Pedágios, estacionamentos, multas, pernoites e refeições do motorista serão por conta da empresa.**	Diária	**100**	R$ 969,00	R$ 96.900,00

2.6	**Tarifa de saída mínima.** Tarifa devida para saídas até 100 km do ponto de embarque até seu retorno. Caso a distância percorrida ultrapasse 100 km será adicionado a quilometragem rodada conforme o item 2.4.	Tarifa	**100**	R$ 2.776,67	R$ 277.667,00

Valor estimado do Lote 02: R$ 1.528.634,00 (um milhão, quinhentos e vinte e oito mil e seiscentos e trinta e quatro reais).

LOTE 03 – TRANSPORTES INTERMUNICIPAL, COM MOTORISTA – VAN					
Item	**DESCRIÇÃO**	**Unid**	**Quant. Anual**	**Valor unitário**	**Valor total**
3.1	**Transporte Intermunicipal:** Veículo tipo van – com capacidade mínima de 15 passageiros, com ar condicionado, cinto de segurança, USB ou tomada na cabine do motorista e no salão, ano de fabricação a partis de 2020. **OBS.: Valor por km rodado, a partir de 101 km.**	KM	40.000	R$ 3,82	R$ 152.800,00
3.2	**Diária Transporte Intermunicipal (Van).** Obs.: a cada 24 horas de utilização dos veículos, o valor pago será a diária mais quilometragem percorrida. **Pedágios, estacionamentos, multas, pernoites e refeições do motorista serão por conta da empresa.**	Diária	100	R$ 2.043,33	R$ 204.333,00
3.3	**Tarifa de saída mínima.** Tarifa devida para saídas até 100 km do ponto de embarque até seu retorno. Caso a distância percorrida ultrapasse 100 km será adicionado a quilometragem rodada conforme o item 3.1.	Tarifa	**100**	R$ 2.240,00	R$ 224.000,00

Valor estimado do Lote 03: R$ 581.133,00 (quinhentos e oitenta e um mil, cento e trinta e três reais).

TOTAL ESTIMADO DOS LOTES 01 AO 03: (dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil, oitocentos reais e cinquenta centavos).	**R$ 2.431.800,50**

PLANILHA DE PREÇOS E SERVIÇOS - REGISTRO DE PREÇOS	
	VALOR LOTE
Lote 01 – transportes na região metropolitana da baixada santista, com motorista – VAN.	R$ 322.033,50
Lote 02 – transportes intermunicipais, com motorista – MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS.	R$ 1.528.634,00
Lote 03 - transportes intermunicipais, com motorista – VAN.	R$ 581.133,00
VALOR TOTAL GERAL	**R$ 2.431.800,50**

ANEXO IX

MEMORIAL DESCRITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 – PROCESSO: 28.552/2025-31

1. OBJETO

Seleção de propostas para **REGISTRO DE PREÇOS** visando à prestação de serviços de locação de veículos (Vans, micro-ônibus e ônibus), incluindo motorista, para transporte de atletas e comissão técnica, durante a realização dos Jogos da Juventude, Jogos Regionais, Jogos Abertos do Interior e outros eventos da Fundação Pró-Esporte de Santos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência e no ANEXO IX – Memorial Descritivo, deste Edital.

LOTE 01 – TRANSPORTE REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA, COM MOTORISTA – VAN E MICRO-ÔNIBUS:

Item **DESCRIÇÃO**

1.1. Veículo tipo van – com capacidade mínima de 15 passageiros, com ar condicionado, cinto de segurança, USB ou tomada na cabine do motorista e no salão, ano de fabricação a partir de 2020.

OBS.: Valor por km rodado, a partir de 101 km.

Quantidade: KM 50.000

Item **DESCRIÇÃO**

1.2. Tarifa de saída mínima.

Tarifa devida para saídas até 100 km do ponto de embarque até seu retorno. Caso a distância percorrida ultrapasse 100 km será adicionado a quilometragem rodada conforme o item 1.1.

Quantidade: 50

TOTAL – LOTE 01: .....

LOTE 02 – TRANSPORTES INTERMUNICIPAL, COM MOTORISTA - MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS

Item **DESCRIÇÃO**

2.1. Transporte Intermunicipal:
Veículo tipo micro-ônibus, capacidade de 26 passageiros, poltrona reclinável, completo com ar condicionado, cinto de segurança, toalete a bordo, USB ou tomada na cabine do motorista e no salão, ano de fabricação a partir de 2020.

OBS.: Valor por km rodado, a partir de 101 km

Quantidade: KM 50.000

Item **DESCRIÇÃO**

2.2. Diária Transporte Intermunicipal (micro-ônibus).
Obs.: a cada 24 horas de utilização dos veículos, o valor pago será a diária mais quilometragem percorrida.
Pedágios, estacionamentos, multas, pernoites e refeições do motorista serão por conta da empresa.

Quantidade: 50

Item **DESCRIÇÃO**

2.3. Tarifa de saída mínima.
Tarifa devida para saídas até 100 km do ponto de embarque até seu retorno. Caso a distância percorrida ultrapasse 100 km será adicionado a quilometragem rodada conforme o item 2.1.

Quantidade: 50

Item **DESCRIÇÃO**

2.4. Transporte Intermunicipal
Veículo tipo ônibus, capacidade mínima para 40 passageiros, poltrona reclinável, ar condicionado, toalete a bordo; ano de fabricação a partir de 2020.
OBS: Valor por km rodado, a partir de 101 km

Quantidade: KM 80.000

Item **DESCRIÇÃO**

2.5. Diária Transporte Intermunicipal (ônibus).
Obs.: a cada 24 horas de utilização dos veículos, o valor pago será a diária mais quilometragem percorrida.

Pedágios, estacionamentos, multas, pernoites e refeições do motorista serão por conta da empresa.

Quantidade: 100

Item DESCRIÇÃO

2.6. Tarifa de saída mínima.
Tarifa devida para saídas até 100 km do ponto de embarque até seu retorno. Caso a distância percorrida ultrapasse 100 km será adicionado a quilometragem rodada conforme o item 2.4.

Quantidade: 100

TOTAL – LOTE 02: .....

LOTE 03 – TRANSPORTES INTERMUNICIPAL, COM MOTORISTA – VAN

Item DESCRIÇÃO

3.1. Transporte Intermunicipal:
Veículo tipo van – com capacidade mínima de 15 passageiros, com ar condicionado, cinto de segurança, USB ou tomada na cabine do motorista e no salão, ano de fabricação a partis de 2020.
OBS.: Valor por km rodado, a partir de 101 km.

Quantidade: KM 40.000

3.2. Diária Transporte Intermunicipal (Van).
Obs.: a cada 24 horas de utilização dos veículos, o valor pago será a diária mais quilometragem percorrida.
Pedágios, estacionamentos, multas, pernoites e refeições do motorista serão por conta da empresa.

Quantidade: 100

3.3. Tarifa de saída mínima.
Tarifa devida para saídas até 100 km do ponto de embarque até seu retorno. Caso a distância percorrida ultrapasse 100 km será adicionado a quilometragem rodada conforme o item 3.1.

Quantidade: 50

PLANILHA DE PREÇOS E SERVIÇOS - REGISTRO DE PREÇOS	
	VALOR LOTE
Lote 01 – transportes na região metropolitana da baixada santista, com motorista – VAN.	R$ 322.033,50
Lote 02 – transportes intermunicipais, com motorista – MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS.	R$ 1.528.634,00
Lote 03 - transportes intermunicipais, com motorista – VAN.	R$ 581.133,00
VALOR TOTAL GERAL	**R$ 2.431.800,50**

ANEXO X - ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS - OES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28.552/2025-31 **Empenho nº:...../2026.**

Unidade Requisitante: Fundação Pró-Esporte de Santos
Licitação: Pregão Eletrônico nº. 01/2026
Dotação Orçamentária nº:.....

(Empresa detentora da Ata de Registro) CNPJ/MF nº _____, estabelecida em (cidade - UF), tendo sido aceita a proposta que apresentou no processo licitatório em epígrafe e sendo-lhe adjudicado o respectivo objeto, deverá executar para a FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS, CNPJ/MF nº 01.450.928/0001-30, com sede na Rua Visconde do Rio Branco nº 02, 1° andar - Centro, Santos-SP, o serviço abaixo discriminado:

Descrição do Serviço:

.....

.....

.....

Valor total dos Serviços: R$ _____ (_____).

Descrever os serviços a serem executados de acordo com a Planilha de Serviços e Preços

LOTE 1

Itens	DESCRIÇÃO	Quant.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1.1 e 1.2				

LOTE 2

Itens	DESCRIÇÃO	Quant.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
2.1 a 2.6				

LOTE 3

Itens	DESCRIÇÃO	Quant.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
3.1 a 3.3				

Valor Total desta O.E.S: R$ _____, ___ (_____).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº …….. LOTE Nº …….

Local de execução do serviço: Os serviços serão executados (informar local).

DA ENTREGA, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES: A DETENTORA receberá da Fundação Pró-Esporte de Santos, Ordem de Execução dos Serviços (OES), no prazo de 02 (dois) dias úteis antes de cada prestação de serviços, com as instruções necessárias acompanhada de todas as especificações do evento, informando local e horário para a execução dos serviços.

Condições de Faturamento:

– Após cada serviço, a DETENTORA deverá emitir Nota Fiscal/Fatura, contemplando valor total do serviço efetuado.

Prazo de Pagamento:

O pagamento será efetuado em 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de emissão da nota de liquidação. Eventuais boletos encaminhados pelos prestadores de serviços serão tidos como inexistentes para todos os fins e efeitos.

DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DAS PARTES: Os direitos e responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis no caso de descumprimento do ajuste, bem como as demais obrigações da DETENTORA e da FUNDAÇÃO são aquelas determinadas na Ata de Registro de Preços nº_____, firmada em _____/_____/_____.

Observações:

a) Fazer constar da Nota fiscal o número do processo de pagamento e da Nota de Empenho;
b) Frete, embalagem e impostos inclusos no (s) preço (s) acima.

Preparado por:

Conferido por:

Em, ___ de _____ de 2026.

ORDEM DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Recebida em _____ / ____ / 2026.

ANEXO XI – Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2026 – Processo Administrativo n.º **28.552/2025-31**

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO NOS TERMOS E PARA OS FINS DO DISPOSTO NO § 1º DO ARTIGO 98 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Emenda à Lei Orgânica do Município nº 078/2017

EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA

Ref.: (01/2026)

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no § 1º do art. 98 da Lei Orgânica do Município de Santos, que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho;
b) cumpre a legislação específica sobre creches nos locais de trabalho;
c) não comete práticas discriminatórias de origem, raça, cor, credo e ideologia no âmbito de suas atividades.

.....
(data)

.....
(representante legal)

ANEXO XII - Modelo

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

_____(consorciada)_____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/M.F. sob nº _____, representada neste ato por seu _____, Sr. _____ e _____(consorciada)_____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de _____, Estado _____, representada na presente oportunidade por seu _____, Sr. _____, ajustam e convencionam pelo presente a constituição de CONSÓRCIO para fins adiante, que será pelos mesmos cumprido, bem assim por seus sucessores a qualquer título, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a constituição de CONSÓRCIO entre as partes signatárias, em cumprimento ao compromisso apresentado no Pregão Eletrônico nº 01/2026, que objetiva o fornecimento de ....., sendo que, para o cumprimento das obrigações decorrentes do firmamento da ata originária de tal procedimento licitatório, as partes comprometeram-se a emprestar recíproca colaboração profissional e técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA - NATUREZA JURÍDICA: O consórcio ora formalizado não se constitui nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta de seus membros.

CLÁUSULA TERCEIRA - DENOMINAÇÃO: Apenas para o fim exclusivo de relacionamento com o Município da avença antes declinada, convenciona-se chamar-se as empresas subscreventes como CONSÓRCIO _____/_____, de modo a facilitar o tratamento.

CLÁUSULA QUARTA – ENDEREÇO: O CONSÓRCIO tem como endereço a Rua: _____, na cidade de _____, Estado _____, sede da Empresa _____nome da empresa líder_____ .

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE DURAÇÃO: O presente instrumento vigorará pelo tempo necessário à execução da totalidade do objeto da ata na Cláusula Primeira, sendo sua duração de ..... (.....) meses, ou até a conclusão do objeto licitado.

CLÁUSULA SEXTA – LIDERANÇA: Fica instituída como líder do consórcio a empresa _____, a qual são conferidos amplos poderes de representação, inclusive

para receber pagamentos relativos à Ata citada na Cláusula Primeira, assinar recibos, dar quitação, etc.

CLÁUSULA SÉTIMA - PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO OBJETO DA ATA:

I- Convenciona-se que, para a execução do Objeto da ata mencionado na cláusula Primeira, a cada uma das consorciadas, sob a coordenação da empresa líder, competirá:

A) à _____(nome da consorciada), executar:

a.1) _____

a.2) _____

B) à _____(nome da consorciada), executar:

b.1.) _____

b.2.) _____

(...)

CLÁUSULA OITAVA - PARTICIPAÇÃO DA RENUMERAÇÃO:

I) Considerando o valor total da ata a que se alude na Cláusula Primeira, cada uma das consorciadas fará jus aos seguintes percentuais de participação na renumeração a ser paga ao Município:

a) empresa _____, ____% (.....)

b) empresa _____, ____ % (.....)

(...)

CLÁUSULA NONA – DESPESAS: Cada empresa consorciada será responsável pelas despesas necessárias à consecução de sua cota parte na execução do objeto da atendida ata, inclusive no que diz respeito a tributo e outros custos incidentes sobre a parcela da renumeração.

CLÁUSULA DÉCIMA – COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

I) As empresas consorciadas comprometem-se entre si a responder individualmente pelas que cada qual assumiu**,** no entanto, todas as consorciadas comprometem-se perante a_____(nome da licitadora)_____, ao cumprimento da totalidade do objeto da ata referida na Cláusula Primeira, pelo que serão solidariamente responsáveis por qualquer inadimplemento e irregularidades do indigitado ajuste, seja de que natureza for.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO – Eventual substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão competente e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os esmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou a ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA- DO FORO: É competente o foro da comarca de Santos, estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para a dirimência de eventuais divergências entre as partes, resultante deste instrumento que não possam ser solucionadas de comum acordo entre os representantes das consorciadas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente pacto, em ____(___) vias de igual teor e forma, destinando-se uma via para a _____(nome da licitadora) _____, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.

Santos, _____ de _____ de 2026

_____(consorciada)_____

_____(consorciada)_____

Testemunhas:

_____ _____

ANEXO XIII - Modelo

TERMO DE COMPROMISSO DE CONSÓRCIO

Pelo presente instrumento, as signatárias, com vistas à participação no Pregão Eletrônico nº 01/2026, assumem o compromisso de efetivamente formalizarem a constituição de consórcio, caso vençam a licitação em apreço, pelo que declaram desde já que:

Indico_____(Indicação clara do nome e qualificação das consorciadas e participação de cada qual no consórcio, sem prejuízo de sua responsabilidade solidária);

A empresa _____, será a líder do consórcio;

Confiro ao líder amplos poderes para representar os consorciados na licitação, em especial: transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação e citação.

O prazo de duração do consórcio, será de _____(_____) meses ou até o cumprimento de todas as obrigações da ata;

As consorciadas serão responsáveis solidariamente pela execução total da ata, em todos os seus termos.

_____,_____ de _____ de 2026

_____
(Nome da empresa e de seu representante legal)

_____
(Nome da empresa e de seu representante legal)

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Empresa ....., inscrita no CNPJ n°..... .., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., **DECLARA,** sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como **MICROEMPRESA-ME / EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 43 da **LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06**.

_____

(Local e data)

_____

(representante legal)